

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2023

Rua Antonio Manoel, 701 – Santo Ângelo (RS) – CEP: 98.801-970 – Caixa Postal 159 – Fone/Fax: (55) 3313-2000 – CNPJ: 96.210.471/0001-01 – Fundado em 04.02.1932.

Palavra da Diretoria

Senhores associados: Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, apresentamos à apreciação de V.Sas., as demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31.12.2023 e 31.12.2022 (EM REAIS)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	2023	2022		Nota	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE	2.3e	17.947.457,05	15.976.443,47	PASSIVO CIRCULANTE	2.3e	19.537.655,42	21.079.364,20
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	2.3a	12.703.057,04	7.790.971,68	Empréstimos e Financiamentos	5	1.723.916,34	1.699.137,92
Caixa		5.568,81	10.481,06	Fornecedores	2.3f	3.895.728,91	3.137.233,65
Bancos Conta Movimento sem restrição		4.117.441,67	1.874.270,84	Obrigações Fiscais	6	1.146.472,62	1.102.309,18
Bancos Conta Movimento com restrição		4.640,09	113.545,12	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6	3.915.397,90	4.208.627,23
Aplicações Financeiras sem restrição		7.398.059,50	2.208.474,26	Honorários a pagar		4.733.809,57	4.488.104,36
Aplicações Financeiras com restrição		1.177.346,97	3.584.200,40	Outras Obrigações		168.513,07	112.070,58
RECEBÍVEIS DE CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS	2.3b	4.448.840,11	7.172.619,27	Provisões Férias	2.3j	2.915.155,08	2.716.117,49
Sistema Único de Saúde - SUS		2.147.417,00	4.792.639,65	Subvenção a realizar com restrição	2.3g,8	1.038.661,93	3.615.763,79
Outros Convênios	3b	1.594.534,08	1.470.263,64	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.3e	56.760.549,72	55.902.550,85
Títulos a Receber		18.318,89	17.861,31	Parcelamento energia elétrica		3.535.656,12	4.270.572,48
(-) Perdas estimadas p/ créditos liquidação duvidosa	2.3l	(80.241,84)	(83.588,84)	Empréstimos e Financiamentos	5	9.079.374,77	7.614.999,85
Locações a Receber		101.190,69	58.734,10	Parcelamento Receita Fed e Procuradoria	6	26.532.873,15	26.253.672,98
Convênios prefeituras sem restrição		448.610,10	611.895,66	Receitas Diferidas	8	17.612.645,68	17.763.305,54
Adiantamentos	3d	219.011,19	304.813,75	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.3h	(9.323.426,65)	(11.084.082,78)
ESTOQUES		768.926,45	992.018,32	Patrimônio Social		(29.501.843,92)	(32.607.635,48)
Materiais e Medicamentos	2.3c	768.926,45	992.018,32	Reservas de Capital		1.756.417,07	1.756.417,07
DESPESAS ANTECIPADAS		26.633,45	20.834,20	Ajustes de avaliação patrimonial		16.098.889,39	16.661.344,07
Despesas antecipadas	3d	26.633,45	20.834,20	(+) Superávit acumulado		562.454,68	568.136,04
ATIVO NÃO CIRCULANTE		49.927.321,44	49.921.388,80	(+) Superávit do período		1.760.656,13	2.537.655,52
INVESTIMENTOS		84.149,48	61.944,60				
Investimentos	4	84.149,48	61.944,60				
IMOBILIZADO	2.3d	48.913.441,61	49.821.116,07				
Imobilizado	4	57.770.525,08	55.572.507,37				
(-) Depreciação Acumulada	4	(8.836.840,67)	(5.739.245,62)				
(-) Amortização Acumulada		(20.242,80)	(12.145,68)				
INTANGÍVEL		29.730,35	38.328,13				
Softwares		105.687,81	105.687,81				
(-) Amortização Acumulada		(75.957,46)	(67.359,68)				
TOTAL DO ATIVO		66.974.778,49	65.897.832,27	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		66.974.778,49	65.897.832,27

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO EM 31.12.2023 E 31.12.2022 (EM REAIS)

	Nota	2023	2022
(=) RECEITA OPERACIONAL BRUTA	2.3k	83.421.956,16	79.795.849,03
Receita liquida de serviços de saúde	9	35.628.359,97	33.608.386,60
Convênios c/ Prefeituras sem restrição		7.610.207,75	7.718.892,25
Incentivos e subvenções governamentais com restrição	10	38.744.466,82	37.156.391,76
Doações sem restrição	10	368.229,57	138.924,55
Receita Financeira		373.827,17	253.133,71
Outras receitas	12	640.137,04	920.120,16
Receitas com voluntariado	15	56.727,84	-
(-) CUSTOS DAS MERCADORIAS E SERVIÇOS	2.3k	(68.597.585,46)	(65.659.834,54)
Custo materias e medicamentos		(12.669.875,91)	(13.205.317,35)
Custo pessoal	11	(29.548.362,35)	(27.597.183,46)
Custo honorários médicos		(26.379.347,20)	(24.857.333,73)
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		14.824.370,70	14.136.014,49
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	2.3k	(13.063.714,57)	(11.598.358,97)
Utilidades e serviços		(1.848.351,07)	(1.927.260,20)
Despesas administrativas		(1.615.333,16)	(1.485.897,70)
Despesas manutenção		(948.157,67)	(1.155.617,72)
Despesa financeira		(4.649.218,88)	(3.298.593,80)
Outras despesas operacionais	12	(765.964,47)	(903.079,54)
Depreciação/amortização		(3.179.961,48)	(2.827.910,01)
Custo com voluntariado	15	(56.727,84)	-
(+) RECEITAS COM IMUNIDADES DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	13	9.743.472,00	9.256.804,39
(-) DESPESAS COM IMUNIDADES DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	13	(9.743.472,00)	(9.256.804,39)
(=) SUPERÁVIT DO PERÍODO		1.760.656,13	2.537.655,52

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL - 31/12/2023 E 31/12/2022 (EM REAIS)

Descrição	Patrimônio Social	Reservas Capital	Ajustes de avaliação Patrimonial	Déficit ou Superávit Acumulado	Patrimônio Líquido
Saldo em 31/12/2021	792.861,78	1.756.417,07	15.517.503,69	(31.687.860,84)	(13.621.078,30)
Transf. p/Patrimônio Social	(31.687.860,84)	-	-	31.687.860,84	-
Superávit do Período				2.537.655,52	2.537.655,52
Superávit Acumulado				568.136,04	568.136,04
Realização de Ajustes de avaliação Patrimonial	(1.712.636,42)		1.143.840,38		(568.796,04)
Saldo em 31/12/2022	(32.607.635,48)	1.756.417,07	16.661.344,07	3.105.791,56	(11.084.082,78)
Transf. p/Patrimônio Social		-	-	-	-
Superávit do Período				1.760.656,13	1.760.656,13
Superávit Acumulado	3.105.791,56			(3.105.791,56)	-
Realização de Ajustes de avaliação Patrimonial			(562.454,68)	562.454,68	-
Saldo em 31/12/2023	(29.501.843,92)	1.756.417,07	16.098.889,39	2.323.110,81	(9.323.426,65)

Associação Hospital de Caridade de Santo Ângelo

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EM 31/12/2023 E 31/12/2022 (EM REAIS)		
	2023	2022
01) FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	6.998.658,02	(807.177,00)
SUPERÁVIT DO PERÍODO	1.760.656,13	2.537.655,52
Ajustes por:		
Depreciação	3.163.266,58	2.819.812,89
Amortizações	16.694,90	17.046,00
Juros e Encargos Financeiros de Empréstimos	1.289.831,88	1.446.487,51
SUPERÁVIT AJUSTADO	6.230.449,49	6.821.001,92
DIMINUIÇÃO/AUMENTO NOS ATIVOS CIRCULANTES	2.941.071,78	(15.308,11)
Variação em SUS a Receber	2.645.222,65	(1.586.728,12)
Variação em Outros Convênios a Receber	(124.270,44)	1.219.812,92
Variação em títulos a receber	(457,58)	24.213,44
Variação em Perdas estimadas s/crédito de liquidação duvidosa	(3.347,00)	-
Variação em locações a Receber	(42.456,59)	(4.619,48)
Variação em Prefeituras a Receber	163.285,56	(27.423,48)
Variação em Adiantamentos a Receber	85.802,56	(105.147,40)
Variação em Estoques	223.091,87	467.631,26
Variação em Despesas Antecipadas	(5.799,25)	(3.047,25)
DIMINUIÇÃO/AUMENTO NO PASSIVOS CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE	(2.172.863,25)	(7.612.870,81)
Variação em Fornecedores a Pagar	758.495,26	(917.229,80)
Variação em Obrigações Fiscais	44.163,44	(13.444.269,99)
Variação em Obrigações Sociais e trabalhistas	(293.229,33)	(11.056.737,94)
Variação em Honorários a pagar	245.705,21	303.787,03
Variação em Outras Obrigações	56.442,49	(104.791,23)
Variação em empréstimo colaboradores	-	19.449,08
Variação em Provisão	199.037,59	39.884,10
Variação em Subvenções, Contratos e Convênios a Aplicar (com restrição)	(2.577.101,86)	(4.140.800,53)
Variação em comodato	-	(4.729.358,84)
Variação no Passivo Não Circulante	(606.376,05)	26.417.197,31
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	6.998.658,02	(7.628.178,92)
2) FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2.285.894,12)	(864.471,75)
Aquisição Ativo Imobilizado	(2.420.265,29)	(5.953.710,95)
Aquisição de investimentos	(22.204,88)	(4.827,52)
Variação em comodato		4.743.513,84
Baixas do Imobilizado	156.576,05	350.552,88
Baixa de Investimentos	-	-
Redução do Intangível	-	-
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIV. DE INVESTIMENTO	(2.285.894,12)	(864.471,75)
3) FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	199.321,46	(2.459.129,48)
Empréstimos Obtidos	3.135.000,00	-
Amortização de Empréstimos	(2.935.678,54)	(2.459.129,48)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIV. DE FINANCIAMENTO	199.321,46	(2.459.129,48)
(1+2+3) VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.912.085,36	(4.130.778,23)
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do Período	7.790.971,68	11.921.749,91
VARIAÇÃO OCORRIDA NO PERÍODO	4.912.085,36	(4.130.778,23)
Caixa e Equivalentes de Caixa no fim do Período	12.703.057,04	7.790.971,68

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31/12/2023 E 31/12/2022 (EM REAIS)				
DESCRIÇÃO	2023		2022	
1 - RECEITA	36.325.224,85		34.528.506,76	
Receita de serviços de saúde	35.628.359,97		33.608.386,60	
Outras Receitas	640.137,04		920.120,16	
Receitas com voluntariado	56.727,84		-	
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	44.227.029,48		43.534.506,24	
Materiais e medicamentos	12.669.875,91		13.205.317,35	
Despesas Manutenção e Conservação	948.157,67		1.155.617,72	
Serviços de terceiros	26.379.347,20		24.857.333,73	
Outras despesas	4.229.648,70		4.316.237,44	
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(7.901.804,63)		(9.005.999,48)	
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	3.179.961,48		2.827.910,01	
Depreciação/Amortização do Período	3.179.961,48		2.827.910,01	
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	(11.081.766,11)		(11.833.909,49)	
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	47.096.731,31		45.267.342,27	
Receitas Financeiras	373.827,17		253.133,71	
Subvenção/convênios/doações	46.722.904,14		45.014.208,56	
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	36.014.965,20	100%	33.433.432,78	100%
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	36.014.965,20	100%	33.433.432,78	100%
PESSOAL	29.605.090,19	82,20%	27.597.183,46	82,54%
Remuneração e encargos	29.548.362,35		27.597.183,46	
Custo com voluntariado	56.727,84		-	
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	4.649.218,88	12,91%	3.298.593,80	9,87%
Juros, Encargos Financeiros	4.649.218,88		3.298.593,80	
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	1.760.656,13	4,89%	2.537.655,52	7,59%
Resultado do Período	1.760.656,13		2.537.655,52	



Associação Hospital de Caridade de Santo Ângelo

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Findas em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação Hospital de Caridade de Santo Ângelo, com sede nesta cidade, é uma associação civil de direito privado, de caráter filantrópico e sem fins lucrativos, dotada de autonomia patrimonial, administrativa e financeira e Registrada no CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social) sob nº 225662/69, portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, na área da Saúde e, como tal, presta serviços ao Sistema Único de Saúde – SUS, junto ao Ministério da Saúde, com requerimento de renovação deferido através da Portaria nº 1.011 de 07/10/2021, publicada na Sessão 1 do DOU de 13/10/2021, exarada nos autos do processo nº 25000.064961/2021-14, que renovou o CEBAS para o período de 02 de maio de 2021 a 1º maio de 2024, prorrogado a vigência até 31/12/2025, pelo Ofício Nº 173/2024/CGCER/DCEBAS/SAES/MS, nos termos do artigo 40, §1º da Lei Complementar Nº 187 de 16 de dezembro de 2021. Tem como finalidade estatutária, conforme artigo Art. 1º, § 2º do Estatuto Social, dirigir, promover e manter o Hospital Regional das Missões e outras atividades ou programas relacionados com a prevenção de doenças e atendimento médico-hospitalar à população do Município de Santo Ângelo, preferencialmente, nos limites de sua capacidade física e técnica.

NOTA 2 – DIRETRIZES CONTÁBEIS

Nota 2.1. – Apresentação das Demonstrações Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2023 comparativas a 2022, a Entidade adotou a Lei Nº 11.638/2007, Lei Nº. 11.941/09 que alteraram artigos da Lei Nº. 6.404/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC Nº. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002 - R1, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros e a Lei complementar 187 de 16 dezembro de 2021. Na data de 15/03/2024 a administração aprovou a autorização das demonstrações contábeis de 2023 comparativas ao exercício de 2022.

Nota 2.2 – Formalidade da Escrituração Contábil – Resolução 1.330/11 - ITG 2000(R1)

A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no Diário da Entidade para a Receita Federal do Brasil através da Escrituração Contábil Digital via SPED.

Nota 2.3 - Principais Práticas Contábeis Adotadas

- a) Caixa e equivalentes de caixa: incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras, sendo estas registradas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferido até a data das Demonstrações Financeiras, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado;
- b) Recebíveis de cliente e outros recebíveis: Refere-se, principalmente, aos valores a receber de serviços hospitalares prestados faturados.
- c) Estoques: O método de avaliação de estoques é baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado;
- d) Imobilizado: Os bens integrantes do ativo imobilizado estão registrados por seus valores de aquisição ou construção. Os terrenos e prédios foram efetuados o ajuste de avaliação patrimonial e depreciados às taxas definidas pela legislação vigente;
- e) Ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço;
- f) As contas a pagar são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos de fornecedores de bens ou serviços no curso normal dos negócios;
- g) As subvenções: São reconhecidas no passivo e registradas como receita em função do cumprimento da obrigações por parte da instituição ao longo do exercício, em confronto com as despesas incorridas nos projetos.
- h) O Patrimônio Social está composto pelos resultados anteriores e exercício findo, uma vez que a Entidade não possui Capital Social registrado, em virtude de ser instituição sem fins lucrativos, enquadrada na categoria de Associação, sendo que seus eventuais resultados são revertidos integralmente na manutenção da estrutura predial e equipamentos, visando sempre aprimorar os serviços prestados na área social da saúde;
- i) Provisões: uma provisão é reconhecida no balanço quando a entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.
- j) A conta provisão de férias está composta de férias e encargos, é constituída com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço;
- k) Apuração do resultado: As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidas em conformidade com o princípio contábil de competência;
- l) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa – PECLD: Foi constituída com base na média do valor reconhecido como incobrável dos últimos 5 anos, valor considerado suficiente pela Administração. A entidade está sempre atenta a base histórica e sempre que necessário irá adequar os critérios da inadimplência que possa vir a impactar seu resultado.
- m) Em conformidade com seu Estatuto Social Art. 1º, § 6º aplica integralmente suas rendas, recursos e eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais. § 8º A entidade não distribui resultado, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto, para atender às normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social. Art. 3º Parágrafo único tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação eventual patrimônio remanescente a entidades beneficentes certificadas ou entidades públicas. Art. 4º § 9º Os dirigentes, conselheiros, associados e benfeitores, não recebem remuneração ou concessão de vantagens e benefícios, por qualquer forma ou pretexto em razão das competências, funções ou atividades que lhe são atribuídas estatutariamente, determinado pela Lei Complementar Nº 187 de 16 de dezembro de 2021 e Artigo 14 do Código Tributário Nacional – CTN

NOTA 3 – CIRCULANTE

- a) Bancos e aplicações sem restrição corresponde a recursos próprios da entidade. Bancos e aplicação com restrição corresponde aos recursos de convênios, são de aplicação específica, conforme plano de trabalho aprovado, para aplicação em aquisição de equipamentos, obras e aplicação em despesas de custeio da entidade.
- Bancos: Sem restrição R\$ 4.117.441,67. Bancos com restrição corresponde a R\$ 4.640,09: Banrisul Custeio Convênio Port. 319 – R\$ 0,03, UNICRED Convênio Port. 1938 – R\$ 0,02, UNICRED Convênio Port. 751/812 – 2022 – R\$ 0,09, CEF Convênio 916136/2021 – 4.639,95.

Aplicações financeiras: Sem restrição R\$ 7.398.059,50.

As aplicações com restrição corresponde R\$ 1.177.346,97: Banrisul Convênio Port. 319 – R\$ 674,70, UNICRED Convênio Port. 1938 – R\$ 101.285,12, UNICRED Convênio 751/812-2002 – R\$ 259.426,07, Banrisul Convênio 2794/2022 – R\$ 19.240,69, CEF Convênio 935269 – R\$ 850,97, Banrisul Convênio Port. 811/2023 – R\$ 409.527,75, Banrisul Convênio 912/2023 – R\$ 61.291,78, Banrisul Convênio Piso Enfermagem – R\$ 156.398,92 CEF Convênio 905508 – R\$ 74.946,41, CEF Convênio 930143 – R\$ 93.704,56.

b) Outros Convênios

Convênios	2023	2022
IPERGS	892.069,34	1.002.792,68
UNIMED	150.244,97	77.127,60
CASSI	35.334,33	31.853,85
Saúde Bradesco	73.320,06	72.601,80
Sul América	1.201,92	1.275,65
Fusex	152.733,53	16.571,31
Particulares	183.847,33	215.139,83
Cabergs	53.973,37	2.594,87
Geap	192,85	3.776,40
Amil	-	2.086,53
Hospital de Pronclínicas	-	38,44
Cismissões	40.148,90	37.662,95
Caixa Econ Federal	1.079,23	584,75
Instituto Adventista	599,22	226,27
Unimed Missões - Hospital	-	5.761,99
Postal Saúde	8.373,19	-
Mafré assistência Ltda	1.415,84	168,72
Total	1.594.534,08	1.470.263,64

c) Estoques: A composição dos estoques é a seguinte:

Estoques	2023	2022
Medicamentos e drogas	276.429,75	427.289,21
Materiais Hospitalares	263.807,94	304.041,44
Dietas Especiais	12.612,74	8.828,16
Higiene e limpeza	20.360,02	18.717,40
Material expediente	35.294,47	49.201,74
Mercadorias Diversas	10.479,21	13.068,55
Rouparia	29.472,40	49.267,00
Gêneros alimentícios	22.615,82	27.117,75
Materiais EPI	17.738,90	15.876,05
Órteses e próteses	6.117,27	-
Material lavanderia	8.078,00	8.946,00
Material laboratório	65.919,93	69.665,02
Total	768.926,45	992.018,32

d) Despesas antecipadas: Está composta de prêmio de Seguros a Apropriar R\$ 18.583,45 e vale - transporte a apropriar R\$ 8.050,00

e) Adiantamentos: Estão compostas por adiantamento a fornecedores R\$ 29.023,37, adiantamento a funcionários R\$ 11.233,33, adiantamento de férias R\$ 178.754,49.

NOTA 4 - INVESTIMENTOS E IMOBILIZADO

DESCRIÇÃO	2023	2022
INVESTIMENTOS	84.149,48	61.944,60
Cotas capital Unicred	78.953,69	57.492,22
Cotas capital Sicredi	5.093,15	4.452,38
Cotas capital Sicoob	102,64	-

IMOBILIZADO	2023			2022		
	PRÓPRIOS	C/RESTRICÇÃO	TOTAL	PRÓPRIOS	C/RESTRICÇÃO	TOTAL
DESCRIÇÃO	36.004.484,40	21.766.040,68	57.770.525,08	35.211.252,56	20.361.254,81	55.572.507,37
Prédios	25.203.842,60	8.799.728,78	34.003.571,38	21.928.319,22	6.729.769,31	28.658.088,53
Terrenos	4.300.000,00	-	4.300.000,00	4.300.000,00	-	4.300.000,00
Construção em andamento	-	250.000,00	250.000,00	2.770.523,38	1.165.485,96	3.936.009,34
Móveis e Utensílios	2.134.446,21	1.786.207,62	3.920.653,83	2.077.547,99	1.690.718,12	3.768.266,11
Veículos	165.690,49	-	165.690,49	81.790,49	-	81.790,49
Poço Artesiano	96.821,71	-	96.821,71	96.821,71	-	96.821,71
Instrumentos Cirúrgicos	38.280,72	12.300,00	50.580,72	47.860,72	24.600,00	72.460,72
Aparelhos Centro Radiológico	204.906,00	2.971.237,20	3.176.143,20	204.906,00	2.971.237,20	3.176.143,20
Máquinas e Equipamentos.	3.008.266,10	7.234.322,97	10.242.589,07	2.871.047,97	7.157.960,11	10.029.008,08
Máquinas e Equipamentos	348.991,86	-	348.991,86	347.523,06	-	347.523,06
Equipamentos de Informática	442.880,14	712.244,11	1.155.124,25	430.271,56	621.484,11	1.051.755,67
Adiantamento Bem - veículo	60.358,57	-	60.358,57	54.640,46	-	54.640,46
DEPRECIACÃO ACUMULADA	(4.678.702,20)	(4.158.138,47)	(8.836.840,67)	(3.186.853,44)	(2.552.392,18)	(5.739.245,62)
Móveis e Utensílios	(598.730,91)	(505.682,09)	(1.104.413,00)	(393.402,93)	(331.470,34)	(724.873,27)
Prédios	(2.718.811,77)	(541.104,74)	(3.259.916,51)	(1.827.360,00)	(248.820,50)	(2.076.180,50)
Veículos	(17.726,66)	-	(17.726,66)	(1.158,55)	-	(1.158,55)
Instrumentos Cirúrgicos	(11.803,37)	(3.792,50)	(15.595,87)	(9.971,00)	(5.125,00)	(15.096,00)
Máquinas e Equip.	(917.114,42)	(2.166.499,21)	(3.083.613,63)	(678.836,95)	(1.462.660,06)	(2.141.497,01)
Equipamentos de Informática	(248.358,91)	(388.876,08)	(637.234,99)	(163.659,11)	(249.256,15)	(412.915,26)
Máquinas e Equipamentos	(102.976,44)	-	(102.976,44)	(69.775,90)	-	(69.775,90)
Aparelhos Centro Radiológico	(63.179,72)	(552.183,85)	(615.363,57)	(42.689,00)	(255.060,13)	(297.749,13)

Os bens classificados como sem restrição são os adquiridos com recursos próprios e os com restrição são adquiridos com recursos de subvenção governamental.

NOTA 5 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Nome Credor	Contratação	Valor Contratado	Taxa Juros Mensal	Prazo amortização	Parcelas Pagas	Parcelas a vencer	Venc. Final	Circulante	Não circulante	Saldo dezembro/23
Banrisul	27.09.21	2.500.000,00	0,30% + CDI	60	27	33	15/09/26	511.953,46	874.999,87	1.386.953,33
CEF	10.12.21	7.800.000,00	0,25% + CDI	90	18	72	10/12/29	1.078.628,50	5.199.999,94	6.278.628,40
Banrisul Funafir	26.12.23	3.135.000,00	0,65% a.m	24	0	24	10/11/26	133.334,38	3.004.375,00	3.137.709,38
Total								1.723.916,34	9.079.374,77	10.803.291,11

Nome Credor	Contratação	Valor Contratado	Taxa Juros Mensal	Prazo amortização	Parcelas Pagas	Parcelas a vencer	Venc. Final	Circulante	Não circulante	Saldo dezembro/23
Banrisul	27.09.21	2.500.000,00	0,30% + CDI	60	15	45	15/09/26	515.540,92	1.374.999,91	1.890.540,83
CEF	10.12.21	7.800.000,00	0,25% + CDI	90	6	84	10/12/29	1.104.148,32	6.239.999,94	7.344.148,26
Banrisul consig. Funcionários								30.975,27	-	30.975,27
Unicred consig. Funcionários								48.472,41	-	48.472,41
Total								1.694.136,92	7.614.999,85	9.314.137,77



Associação Hospital de Caridade de Santo Ângelo

NOTA 6 - DÉBITOS FISCAIS/ OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

As obrigações fiscais no valor de R\$ 1.146.472,62 são oriundas IRRF retidos, PIS/COFINS/CS, INSS – PJ, ISSQN retidos e dos parcelamentos destes tributos junto a Secretaria da Receita Federal e a Procuradoria, com vencimentos a curto prazo (circulante).
As obrigações sociais no valor de R\$ 1.690.975,55 são os valores a recolher de INSS retidos dos funcionários, autônomos e pessoa jurídica e parcelamento de INSS junto a Secretaria da Receita Federal e Procuradoria.
As obrigações Trabalhistas no valor de R\$ 2.224.422,35 são ordenados, rescisão, contribuição sindical, ações trabalhistas, mensalidade sindical, parcelamento FGTS, diferença de dissídio a pagar, totalizando um saldo a pagar de R\$ 3.915.397,90.
A longo prazo (não circulante) as obrigações fiscais e sociais representa R\$ 26.532.873,15, composta dos valores dos parcelamentos dos tributos corresponde a longo prazo (não circulante). No ano de 2022 a entidade parcelou seus débitos de INSS em 60 parcelas e demais débitos federais em 145 parcelas junto a Procuradoria da Fazenda Nacional, em 09/06/2022, o plano de pagamento parcelado de débito fiscal, se responsabilizando a pagar o parcelamento fiscal nas condições previstas na CLÁUSULA 2ª, do Termo de Transação Tributária, com a redução de juros após a quitação de todas as parcelas
NOTA 7 – PROVISÕES
Existem contingências passivas referente a reclamationárias trabalhistas e civis promovidas contra a entidade em tramitação, cujas decisões estão sujeita a modificações, conforme o posicionamento do jurídico foram classificadas como possíveis desembolsos.

Ações Cíveis/indenizatórias	5.223.924,16
Ações trabalhistas	3.412.956,86
Total	8.636.881,02

NOTA 8 - SUBVENÇÃO A REALIZAR E RECEITAS DIFERIDAS COM RESTRIÇÃO

A subvenção a realizar com restrição é composta de valores recebidos ainda não utilizados de Convênios, sendo composto: Verbas para custeio e verbas para investimento no imobilizado.
As receitas diferidas referente recursos de convênios para aquisição de imobilizado, a apropriação da receita é reconhecida mensalmente de acordo com a respectiva depreciação do bem.

SUBVENCAO A REALIZAR	2023	2022
Nota Fiscal Gaúcha	6.119,52	6.518,03
Convênio 852299/2017 -Imobilizado	-	1.179.998,11
Portaria 319/2021- Custeio	674,73	597,99
Convênio 907961- Imobilizado	-	113.545,07
Convênio PORT 1.630 - Custeio	11.683,24	50.851,40
Convênio 3538/2021- Imobilizado	-	81.084,30
Convênio 871382/2018 - Imobilizado	-	1.593,43
Convênio PORT 751/812-2022- Custeio	259.426,16	690.826,19
Convênio 913372/2021- Imobilizado	-	42.509,23
Convênio 924631/2021 - Imobilizado	-	25.989,48
Convênio 2021/021552 PORT 1938/22 - Custeio	101.285,14	464.152,53
Convênio 2794/2022 - Imobilizado	19.240,69	101.301,85
Convênio 2021/021552 PORT.4.122 - Custeio	-	800.000,00
Convênio 916136/2021 - Imobilizado	4.639,95	56.796,18
Convênio 935269/2022- Imobilizado	850,97	-
Convênio 912/2023 - Custeio	61.291,78	-
Convênio 811/2023 - Custeio	409.527,75	-
Convênio 930143 - Imobilizado	88.975,59	-
Convênio 905508 - Imobilizado	74.946,41	-
Total	1.038.661,93	3.615.763,79

NOTA 9 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Prestação de Serviços	2023	2022
SUS	25.602.212,86	24.153.501,68
IPE	3.611.767,98	3.687.155,90
UNIMED	1.700.643,05	1.623.125,98
Particular	3.415.075,69	2.933.959,35
Outros convênios	1.658.874,29	1.656.688,71
Total	35.989.573,87	34.054.431,62
(-) Glosas	(361.213,90)	(446.045,02)
Receita líquida de serviços	35.628.359,97	33.608.386,60

NOTA 10 – SUBVENÇÕES E DOAÇÕES

Subvenções Governamentais	2023	2022
IAC	4.922.768,00	4.922.768,00
Integrasus	557.339,52	557.339,52
Sub. Gov. Federal	135.006,60	135.006,60
Convênio nota Fiscal gaúcha	24.935,03	19.891,59
Subvenção Patrimonial	1.685.087,00	1.367.378,35
Incentivo AVC	1.122.885,96	1.122.885,96
Subvenção Governo Federal custeio	6.548.809,09	6.888.655,37
Incentivo Custeio Port 1936	4.500.000,00	4.500.000,00
Incentivo Estadual Assistir	14.986.160,04	14.155.676,83
Incentivo Porta de Entrada federal	2.400.000,00	2.600.000,00
Incentivo Qualificação de leitos da UTI	844.323,84	914.684,16
Incremento Piso Enfermagem	1.058.283,89	-
(-) Devolução de emendas de custeio	(41.130,15)	(27.892,62)
Total	38.744.466,82	37.156.391,76

Doações Diversas/ Campanha	368.229,57	138.924,55
----------------------------	------------	------------

Este item representa valores recebidos de órgãos governamentais, privados e pessoa física, através de auxílios, de incentivos, subvenções para custeio, convênios e doações.

NOTA 11 - CUSTO PESSOAL/HONORÁRIOS MÉDICOS

Composição dos custos de mão de obra pessoal
Os valores pago a profissionais médicos refere-se a repasses de honorários médicos de serviços prestados ao SUS e outros convênios, também serviços de plantonistas e sobreaviso especialidades médicas.

Custo Pessoal	2023	2022
Assistencial	22.271.617,02	20.440.238,81
Apoio/Administrativo	7.276.745,33	7.156.944,65
Total	29.548.362,35	27.597.183,46

NOTA 12 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os valores de outras receitas operacionais refere-se a receita de locação, ressarcimentos de despesas, mensalidade de sócios.
Os valores de despesas operacionais são alocados neste grupo os valores referente a: Incineração, propaganda e publicidade, combustíveis, despesas viagens e as demais que não se enquadram nos demais grupos.

NOTA 13 - IMUNIDADES DA FILANTROPIA

A entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos de renúncia fiscal para o exercício.
O valor da imunidade usufruída relativa a cota patronal de INSS:

Ano	2023	2022
Empresa - funcionários	5.142.560,54	4.823.927,67
Acidentes Trabalho	528.682,65	531.445,84
Outras Entidades	1.491.342,55	1.398.939,03
Autônomos	79.929,41	149.998,49
Total	7.242.515,15	6.904.311,03

O valor da imunidade COFINS sobre a receita no ano 2023 representa o valor de R\$ 2.500.956,85 e 2022 R\$ 2.352.493,36.

NOTA 14 - SEGUROS

Os bens da Instituição estão cobertos por seguro na modalidade de riscos de incêndio, queda de aeronave, danos elétricos, vendaval, ciclone e tornado e automóvel (cobertura total), com importância segurada dentro dos limites técnicos julgados suficientes para a cobertura de eventuais sinistros.

NOTA 15. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Durante o exercício 2023 a entidade apurou e contabilizou em contas de “receitas e despesas”, um custo de R\$ 56.727,84, decorrente de serviços voluntários utilizando o critério de reconhecimento do valor justo pela prestação de serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, em conformidade com a ITG 2002 – R1.

NOTA 16. EVENTOS SUBSEQUENTES

Desde 31 de dezembro de 2023 até esta data da autorização da emissão das Demonstrações Contábeis, em 15 de março de 2024, não ocorreram fatos que pudessem afetar as demonstrações contábeis da Entidade.

NOTA 17. ENQUADRAMENTO LEGAL

A Associação Hospital de Caridade de Santo Ângelo, entidade sem fins lucrativos, portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde, CEBAS - Saúde, presta serviço ao Sistema único de Saúde – SUS. Atende a legislação vigente em conformidade com o art. 9º e 10 da Lei Complementar 187/21.
No quadro abaixo demonstramos os dados dos atendimentos.

Dados extraídos:
- Paciente dia: SUS do sistema SIH (janeiro a dezembro/2023) e não SUS de janeiro a julho/2023 do sistema CIHA, sendo que de agosto a dezembro/2023 foi utilizado as informações dos controles internos da entidade (base de dados da Entidade enviada ao DataSUS).
- Atendimentos ambulatorial: SUS do sistema SIA (janeiro a dezembro/2023) e não SUS de janeiro a julho/2023 do sistema CIHA, agosto a dezembro/2023 foi utilizado as informações dos controles internos da entidade (base de dados da Entidade enviada ao DataSUS).
Segundo o padrão do modelo de banco de dados do Ministério da Saúde, por falta de processamento e indisponibilidade do sistema CIHA de agosto a dezembro/2023, foi necessário a utilização de dados dos controles internos (base de dados da Entidade enviada ao DataSUS).

FILANTROPIA			
		2023	2022
Internação	Paciente-DIA SUS	34.540	32.549
	Paciente-Dia Não SUS SHP	3.846	4.469
	TOTAL GERAL	38.386	37.018
	Filantropia	90%	88%
Ambulatório	Atendimento Ambulatorial SUS	612.816	552.041
	Atendimento Ambulatorial Não SUS	16.555	15.070
	TOTAL GERAL	629.371	567.111
	Filantropia	97%	97%
Internação/ Ambulatório	% Paciente - DIA SUS	90%	88%
	% Atendimento Ambulatorial SUS	97%	97%

Total atingido (Internação + Ambulatorial) = 90% Internação + 10% Ambulatorial = 100% SUS



ASSOCIAÇÃO HOSPITAL DE CARIDADE DE SANTO ÂNGELO

CNPJ. : 96.210.471/0001-01

“RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS”

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da ASSOCIAÇÃO HOSPITAL DE CARIDADE DE SANTO ÂNGELO que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Associação Hospital de Caridade de Santo Ângelo

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

As demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 apresentam o seu Patrimônio Líquido negativo em R\$ 9.323.426,65. Esse evento ou condição indica a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade, podendo haver ainda a necessidade maior de utilização de recursos de terceiros para a garantia do funcionamento de suas operações, há incerteza significativa quanto à capacidade da ASSOCIAÇÃO HOSPITAL DE CARIDADE DE SANTO ÂNGELO manter sua continuidade operacional. Observa-se que, ainda se faz necessária a busca de recursos de terceiros para suprir suas necessidades operacionais e garantir sua continuidade, assim como honrar suas obrigações contraídas. Os nossos trabalhos de auditoria foram conduzidos no sentido de continuidade normal de suas atividades hospitalares. **Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.**

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre - RS, 16 de abril de 2024.

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP "S" "RS" 024298/O-3

ALEXANDRE CHIARATTI DO
NASCIMENTO:14782348819

Assinado de forma digital por ALEXANDRE CHIARATTI DO NASCIMENTO:14782348819
Dados: 2024.04.16 17:10:34 -03'00'

Alexandre Chiaratti do Nascimento
Contador
CRC/SP "S" "RS" 187.003/ O-0
CNAI - SP - 1620

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo-assinados, membros do Conselho Fiscal da Associação Hospital de Caridade de Santo Ângelo e no desempenho das funções que nos foi atribuídas pelas disposições estatutárias, declaramos que examinamos as Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Período, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Demonstração do valor adicionado, relativas ao exercício de 2023, em consequência opinamos por aprovar os números apresentados respaldados pelo parecer da Auditoria Independente.

Santo Ângelo (RS), 24 de abril de 2024.

Alfonso Teófilo Lago Oliveira
Milton Bonini
Rafael de Oliveira Parat



Hospital Regional das Missões

Centro de Especialidades

Agora o HRM tem um Centro de Especialidades

Consultas com agendamento

WhatsApp: 3313-2000

Fone: 3312-1376

Atendimento particular ou por convênios

Hospital Regional das Missões